

**COMITÊ FISCAL**

**PAUTA DE ASSUNTOS – MAIO 2026**

<b>REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO.....</b>	<b>2</b>
<b>LEGISLAÇÃO .....</b>	<b>2</b>
<b>ICMS .....</b>	<b>3</b>
<b>LEGISLAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>JURISPRUDÊNCIA .....</b>	<b>5</b>
<b>ISS.....</b>	<b>6</b>
<b>LEGISLAÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>IPI .....</b>	<b>7</b>
<b>JURISPRUDÊNCIA .....</b>	<b>7</b>
<b>IR E CSLL .....</b>	<b>8</b>
<b>JURISPRUDÊNCIA .....</b>	<b>8</b>
<b>PIS E COFINS .....</b>	<b>10</b>
<b>JURISPRUDÊNCIA .....</b>	<b>10</b>
<b>DIVERSOS .....</b>	<b>12</b>
<b>LEGISLAÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>JURISPRUDÊNCIA .....</b>	<b>12</b>

**REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO**

**LEGISLAÇÃO**

1. NF-E E NFC-E - ATUALIZAÇÃO DOS LEIAUTES PARA A INCLUSÃO DE CAMPOS E DE REGRAS DE VALIDAÇÃO REFERENTES À REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO
  - **Nota Técnica 2025.002 v. 1.40 publicada em 20 de maio de 2026**
  
2. DIVULGAÇÃO DA ALÍQUOTA DA CBS A SER UTILIZAÇÃO NOS DOCUMENTOS FISCAIS.
  - **Informe Técnico 2026.002 Versão 1.00 publicado em 12 de maio de 2026**
  
3. DECLARAÇÃO DE REGIMES ESPECÍFICOS (DERE) – ATUALIZAÇÃO DA MINUTA DO MANUAL E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS – VERSÃO 1.0.1
  - **Informações disponibilizadas em 29 de maio de 2026**

**ICMS**

**LEGISLAÇÃO**

1. PE – AUTORIZAÇÃO PARA A INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS – REGULARIZAÇÃO DE DÉBITOS RELATIVOS A FATOS GERADORES OCORRIDOS ATÉ 31.12.2025
  - **Convênio ICMS nº 59, de 08 de maio de 2026 (DOU 11.05.26)**
2. GO – ENTRADA DE MERCADORIAS E BENS DESTINADOS A OBRAS DE INSTALAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO - ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO ANEXO IX DO RCTE/GO
  - **Decreto nº 10.904, de 07 de maio de 2026 (DOE-GO 07.05.26)**
3. MG – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – EXCLUSÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO DA APLICAÇÃO DO REGIME EM RELAÇÃO A DETERMINADAS MERCADORIAS E SEGMENTOS - ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/MG
  - **Decreto nº 49.233, de 20 de maio de 2026 (DOE-MG 21.05.26)**
4. MG – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM PRODUTOS ELETRÔNICOS, ELETROELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS – EXCLUSÃO DO ESTADO DO PARANÁ DA APLICAÇÃO DO REGIME – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/MG
  - **Decreto nº 49.236, de 26 de maio de 2026 (DOE-MG 27.05.26)**
5. MT – PROGRAMA REFIS/EXTRAORDINÁRIO III – REGULARIZAÇÃO DE DÉBITOS RELATIVOS A FATOS GERADORES OCORRIDOS ATÉ 31 DE MARÇO DE 2025 – ADESÃO ATÉ 29 DE DEZEMBRO DE 2026 – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO DECRETO Nº 1.369/25
  - **Decreto nº 2.119, de 14 de maio de 2026 (DOE-MT 15.05.26)**
6. SP - FLEXIBILIZAÇÃO DE CONDICIONANTES DE DESONERAÇÃO DO IMPOSTO DIANTE DE ONERAÇÃO FEDERAL NAS COMPRAS PÚBLICAS – ALTERAÇÃO PROMOVIDA NO RICMS/SP - EFEITOS DESDE 1º.01.2026
  - **Decreto nº 70.588, de 08 de maio de 2026 (DOE-SP 08.05.26)**
7. SP – ISENÇÃO, REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E CRÉDITO OUTORGADO EM OPERAÇÕES DIVERSAS – PRORROGAÇÃO ATÉ 31.12.2026 – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/SP – EFEITOS DESDE 1º.05.2026
  - **Decreto nº 70.589, de 8 de maio de 2026 (DOE-SP 08.05.26)**

8. SP – INSTITUIÇÃO DA NFGAS E AJUSTES NAS REGRAS DE DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/SP – EFEITOS DESDE 14.05.2026
  - **Decreto nº 70.601, de 13 de maio de 2026 (DOE-SP 14.05.26)**
  
9. SP – EMISSÃO DA NF-E NAS OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉTRICA – OBRIGAÇÃO DE INFORMAR DATA DE EMISSÃO CORRESPONDENTE AO MÊS EM QUE TIVER OCORRIDO O FATO GERADOR – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA PORTARIA SRE nº 14/22 – EFEITOS DESDE 1º.10.2026 – EXCEÇÃO A ALÍNEA “A” DO INCISO VI DO ARTIGO 1º QUE PRODUZ EFEITOS A PARTIR DE 1º.07.2026
  - **Portaria SRE nº 21, de 06 de maio de 2026 (DOE-SP 07.05.26)**
  
- 10.SP – EMISSÃO DO MDF-E E OBRIGATORIEDADE DE PREENCHIMENTO DO GRUPO DE INFORMAÇÕES DO CIOT – DISPOSIÇÕES GERAIS – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA PORTARIA CAT nº 102/13 – EFEITOS A PARTIR DE 1º.06.2026
  - **Portaria SRE nº 22, de 11 de maio de 2026 (DOE-SP 15.05.26)**
  
- 11.SP – ADOÇÃO DE NOVOS PERCENTUAIS DE IVA-ST NAS OPERAÇÕES COM PRODUTOS ELETRÔNICOS, ELETROELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS – PRORROGAÇÃO PARA 1º.08.2026 – ALTERAÇÃO PROMOVIDA NA PORTARIA SRE nº 59/23
  - **Portaria SRE nº 24, de 15 de maio de 2026 (DOE-SP 18.05.26)**
  
- 12.SP – EFD - TABELA DE CÓDIGOS DE AJUSTES DE LANÇAMENTOS E DE APURAÇÃO DO IMPOSTO (5.1.1 – ANEXO VI) – AJUSTE “EC 87/15: PAGAMENTOS ANTECIPADOS” – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA PORTARIA CAT nº 147/09
  - **Portaria SRE nº 26, de 28 de maio de 2026 (DOE-SP 29.05.26)**
  
- 13.NF-E – PRAZO DE MANIFESTAÇÃO DO DESTINATÁRIO – ALTERAÇÃO DE 180 DIAS PARA 90 DIAS CONTADOS DA DATA DA AUTORIZAÇÃO DA NF-E – EFEITOS A PARTIR DE 1º.06.2026
  - **Nota Técnica 2020.001 Versão 1.60 publicada em 23 de abril de 2026**
  
- 14.NF-E OPERAÇÕES DE VENDAS PRESENCIAIS E NÃO PRESENCIAIS – IMPRESSÃO DE DANFE SIMPLIFICADO TIPO 2
  - **Nota Técnica 2026.002 Versão 1.00 publicada em 25 de maio de 2026**
  
- 15.NF-E - DANFE SIMPLIFICADO TIPO 2 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
  - **Nota Técnica 2026.003 Versão 1.00 publicada em 25 de maio de 2026**

**JURISPRUDÊNCIA**

- 16. ICMS – IMPORTAÇÃO POR CONTA E ORDEM – AIIM LAVRADO POR CRÉDITO INDEVIDO**
- **Resposta à Consulta Tributária nº 32556M1/2026, de 06 de maio de 2026 (DE-SP 08.05.26)**
- 17. ICMS – PERECIMENTO DE MERCADORIA REMETIDA A TÍTULO DE COMODATO – INVIABILIDADE DE RETORNO – NECESSIDADE DE EMISSÃO DE NF COM DESTAQUE DO IMPOSTO**
- **Resposta à Consulta Tributária nº 33587/2026, de 20 de maio de 2026 (DE-SP 21.05.26)**
- 18. ICMS – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES INTERESTADUAIS COM COSMÉTICOS, PERFUMARIA, ARTIGOS DE HIGIENE PESSOAL E TOUCADOR – REVOGAÇÃO DO PROTOCOLO ICMS 36/2009 - CONTRIBUINTE PAULISTA NÃO ESTÁ OBRIGADO À RETENÇÃO NAS OPERAÇÕES COM MG – MODIFICAÇÃO DE RESPOSTA**
- **Resposta à Consulta Tributária nº 33735M1/2026, de 25 de maio de 2026 (DE-SP 26.05.26)**

ISS

**LEGISLAÇÃO**

1. NFS-E PADRÃO NACIONAL - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA (DANFSE)
  - **Nota Técnica SE/CGNFS-e nº 008 Versão 1.0 publicada em 05 de maio de 2026**

IPI

**JURISPRUDÊNCIA**

1. CONCEITO DE PRAÇA – RETROATIVIDADE
  - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais (Processo nº 10120.779513/2021-77)**

**IR E CSLL**

**JURISPRUDÊNCIA**

1. RET – REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO – TRIBUTAÇÃO DE RECEITAS FINANCEIRAS – REGIME ORDINÁRIO
  - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (REsp 2149868)**
  
2. SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO – SÓCIO PARTICIPANTE REMUNERADO PELO VOLUME DE SERVIÇO PRESTADO – DESCARACTERIZAÇÃO – PAGAMENTOS MENSIS SUJEITOS AO IRRF
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 11065.721831/2014-94)**
  
3. INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL POR TERCEIRO – INEXISTÊNCIA DE GANHO PARA O SÓCIO ORIGINAL
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 11080.735477/2012-25)**
  
4. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO INVESTIMENTO – MANUTENÇÃO DA EXCLUSÃO PARA EFEITOS DE APURAÇÃO DO LUCRO REAL
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 10380.730446/2014-01)**
  
5. INCENTIVO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – AUSÊNCIA DE CONTROLE EM CONTA CONTÁBIL ESPECÍFICA – GLOSA DA EXCLUSÃO
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 16641.720114/2018-00)**
  
6. MERCADORIA BONIFICADA EM NOTA FISCAL PRÓPRIA – DEDUTIBILIDADE ADMITIDA
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 10120.720937/2015-87)**
  
7. PESSOA JURÍDICA CONSTITUÍDA PARA EXPLORAÇÃO DE DIREITO DE IMAGEM DE ATLETA PROFISSIONAL – SIMULAÇÃO RECONHECIDA – TRIBUTAÇÃO NO REGIME DAS PESSOAS FÍSICAS
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 15540.720211/2014-36)**
  
8. CESSÃO DE CRÉDITO COM DESÁGIO – PERDA DEDUTÍVEL
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 19515.002844/2010-01)**

9. LUCRO PRESUMIDO – SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL COM BENS AVALIADOS POR VALOR JUSTO - TRIBUTAÇÃO
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 15940.720057/2018-13)**
  
10. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS – DIRETORES CELETISTAS - DEDUTIBILIDADE
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 14817.720115/2021-67)**
  
11. ESTIMATIVA MENSAL – IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO CRITÉRIO DE APURAÇÃO
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 10865.720507/2018-02)**
  
12. BENEFÍCIOS DE ICMS APURADOS MEDIANTE REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO, ISENÇÕES E DIFERIMENTO – CARÁTER GERAL – NÃO CARACTERIZAÇÃO DE SUBVENÇÃO
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 10340.722246/2024-14)**
  
13. CONSÓRCIO DE EMPRESAS – RETENÇÃO EM NOME DO CNPJ DO CONSÓRCIO – PROCEDIMENTO INCORRETO – NECESSIDADE DE RETIFICAÇÃO DA DIRF/REINF E RECOLHIMENTO NO CNPJ DAS CONSORCIADAS
  - **Solução de Consulta COSIT nº 82, de 18 de maio de 2026 (DOU 19.05.26)**

**PIS E COFINS**

**JURISPRUDÊNCIA**

1. PIS/COFINS-IMPORTAÇÃO – ALÍQUOTA ZERO – ADICIONAL DE 1% - INCIDÊNCIA
  - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (Tema 1380)**
  
2. CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE - TRANSPORTE DE CARGA – LIMITE DE 75%
  - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (REsp 2086247)**
  
3. EXCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO – ALÍQUOTAS REDUZIDAS DAS CONTRIBUIÇÕES – EXCLUSÃO PROPORCIONAL
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 10980.936919/2024-86)**
  
4. DESPESAS COM SERVIÇOS PORTUÁRIOS, FRETE NACIONAL E ARMAZENAGEM CONTRATADOS NO MERCADO INTERNO – IMPORTAÇÃO DE INSUMOS – POSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 13502.902620/2012-18)**
  
5. DESPESAS COM SERVIÇOS DE LOGÍSTICA PORTUÁRIA, ARMAZENAGEM, TRANSPORTE, SOFTWARE, PERÍCIAS, TERMINAIS RODOVIÁRIOS, SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS, SERVIÇOS PORTUÁRIOS E DESEMBARÇO ADUANEIRO – POSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 10882.723372/2017-30)**
  
6. DESPESAS COM IPTU, CONDOMÍNIO, FUNDO DE PROMOÇÃO, LUVAS E OUTRAS PREVISTAS EM CONTRATO – INTEGRAÇÃO DO CUSTO DE LOCAÇÃO – GASTOS COM ARMAZENAGEM EXERCIDO PELA PRÓPRIA PESSOA JURÍDICA (MANUTENÇÃO PREDIAL E EQUIPAMENTOS; UNIFORMES) – POSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 11000.724636/2021-08)**
  
7. SERVIÇOS DE PADRONIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITO
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 16692.721014/2016-25)**

8. DESPESAS COM CALL CENTER – IMPOSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO – NECESSIDADE DE O DISPÊNDIO ESTAR RELACIONADO AO PROCESSO PRODUTIVO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AINDA QUE DECORRA DE OBRIGAÇÃO LEGAL OU REGULATÓRIA – APLICABILIDADE DO “TESTE DE SUBTRAÇÃO”
- **Solução de Consulta COSIT nº 77, de 12 de maio de 2026 (DOU 14.05.26)**

**DIVERSOS**

**LEGISLAÇÃO**

1. ADAPTAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 958/09 AOS NOVOS PRAZOS PROCESSUAIS – CONTAGEM EM DIAS ÚTEIS
  - **Instrução Normativa nº 2.325, de 12 de maio de 2026 (DOU 14.05.26)**
2. REGIMENTO INTERNO DO CARF – ALTERAÇÕES
  - **Portaria MF nº 1.398, de 20 de maio de 2026 (DOU 22.05.26)**

**JURISPRUDÊNCIA**

3. CARDS COLECIONÁVEIS – IMUNIDADE
  - **Precedente do Supremo Tribunal Federal (ARE 1591031)**
4. DESCONSIDERAÇÃO DE NEGÓCIOS JURÍDICOS – ART. 116 DO CTN – NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO LEGAL
  - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (Processo Sigiloso)**
5. EXECUÇÃO FISCAL – PENHORA DE ATIVOS FINANCEIROS – USO DA “TEIMOSINHA” – POSSIBILIDADE
  - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (REsp 2147428 – Tema 1.325)**
6. FRAUDE À EXECUÇÃO FISCAL – INTIMAÇÃO DO TERCEIRO – NECESSIDADE PREVIAMENTE AO RECONHECIMENTO
  - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (REsp 2170194)**
7. TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA – INEXISTÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA - POSSIBILIDADE
  - **Precedente da Justiça Federal de Salvador (Processo nº 1027556-75.2026.4.01.3300)**
8. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – ABONO POR ADESÃO A PLANO DE CARGOS E REMUNERAÇÃO
  - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais (Processos nº 16682.720908/2022-65 e 16682.720907/2022-11)**

**9. CONCOMITÂNCIA ENTRE MULTA ISOLADA E DE OFÍCIO – IMPOSSIBILIDADE**

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais (Processo nº 16327.001309/2010-54)**

**10. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA – “LARANJA” – NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO INTERESSE JURÍDICO COMUM E PARTICIPAÇÃO EFETIVA NO FATO GERADOR**

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 10825.720595/2017-20)**